## **ITAJOBI - PODER EXECUTIVO** PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJOBI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO:Mai/2016 a Abr/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1

NOT THEE TO TELET, and 35, melso I, aimed a )			
	DESPESA EXECUTADAS		
	Mai/2016 a Abr/2017		
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS		
	(a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.705.552,13		
Pessoal Ativo	23.444.631,58		
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.212.710,13		
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	1.048.210,42		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF)(II)	3.221.808,58		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9.098,45		
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.212.710,13		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	24.483.743,55		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	51.691.961,19	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	24.483.743,55	47,36
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.913.659,04	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	26.517.976,09	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	25.122.293,14	48,60

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

LAIRTO LUIZ PIOVESANA FILHO JOÃO PAULO BENEDITO JOSÉ MÁRCIO DE OLIVEIRA 120.457.258-55 037.417.868-29 Prefeito Contador 148.915

264.467.438-74 Controle Interno Portaria n.º 174 05/01/2017

### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2017

D	ø.	1

,	SALDO	SALDO DO EXERCÍCIO 2017		7
DÍVIDA CONSOLIDADA	EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre		
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.634.336,34	3.213.403,99	-	-
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	-	-
Dívida Contratual	3.634.336,34	3.213.403,99	-	-
Interna	3.634.336,34	3.213.403,99	-	-
Externa	0,00	0,00	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	-	
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	
DEDUÇÕES (II)	0,00	6.671.644,85	-	
Disponibilidade de Caixa	2.015.626,41	7.461.769,98	-	-
Demais Haveres Financeiros	948,57	25.136,57	-	
(-) Restos a Pagar Processados	2.645.108,38	815.261,70	-	-
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	3.634.336,34	-3.458.240,86	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	51.654.701,32	51.691.961,19	-	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	7,04	6,22	-	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	7,04	-6,69	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RES. DO SENADO FEDERAL - (120%)		62.030.353,43		
LIMITE DE ALERTA - (108%)		55.827.318,09		
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	3.634.336,34	3.213.403,99	-	-
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	3.076.748,38	2.655.816,03	-	-
De Tributos	0,00	0,00	-	
De Contribuições Sociais	3.076.748,38	2.655.816,03	-	-
Previdenciárias	3.076.748,38	2.655.816,03	-	-
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	-	-
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	-	-
Do FGTS	0,00	0,00	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	-	-
Interna	0,00	0,00	-	-
Externa	0,00	0,00	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	557.587,96	557.587,96	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	-	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	628.533,40	0,00	-	
DEPÓSITOS	2.764.248,13	3.913.297,15	-	
RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-	

LAIRTO LUIZ PIOVESANA FILHO 120.457.258-55 Prefeito JOÃO PAULO BENEDITO 037.417.868-29 Contador 148.915 JOSÉ MÁRCIO DE OLIVEIRA 264.467.438-74 Controle Interno Portaria n.º 174 05/01/2017

### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
,			DO DO EXERCICIO 2017	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre		
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	44.862.871,50	44.862.871,50	-	-
Passivo Atuarial	44.862.871,50	44.862.871,50	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-
DEDUÇÕES (X)	41.213.577,91	43.774.847,23	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.668.188,16	4.692.890,43	-	-
Investimentos	36.745.389,75	39.281.956,80	-	-
Demais Haveres Financeiros	-200.000,00	-200.000,00	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-X	3.649.293,59	1.088.024,27	-	-

#### Nota

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Disponibilidade de Caixa mais os Demais Haveres Financeiros for menor que o Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

LAIRTO LUIZ PIOVESANA FILHO 120.457.258-55 Prefeito JOÃO PAULO BENEDITO 037.417.868-29 Contador 148.915 JOSÉ MÁRCIO DE OLIVEIRA 264.467.438-74 Controle Interno Portaria n.º 174 05/01/2017

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1°)

R\$ 1

	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2017		
GARANTIAS CONCEDIDAS		Até o 1º Quadrimestre		
EXTERNAS ( I )	0,00	0,00		_
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00		
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
INTERNAS ( II )	0,00	0,00		
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00		
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS ( III ) = ( I + II )	0,00	0,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL ( IV )	51.654.701,32	51.691.961,19		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL <0% >	0,00	0,00	·	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <0,00%>	0,00	0,00		

	SALDO	SALDO DO EXERCÍCIO 2017		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre		
EXTERNAS (V)	0,00	0,00		
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00		
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
INTERNAS ( VI )	0,00	0,00		
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00		
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS ( VII ) = ( V + VI )	0,00	0,00		_

LAIRTO LUIZ PIOVESANA FILHO 120.457.258-55 Prefeito JOÃO PAULO BENEDITO 037.417.868-29 Contador 148.915 JOSÉ MÁRCIO DE OLIVEIRA 264.467.438-74 Controle Interno Portaria n.º 174 05/01/2017

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

### DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2017

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	
	de Referência	de Referência (a)	
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	965.579,82	965.579,8	
Mobiliária	0,00	0,0	
Externas	0,00	0,0	
Internas	0,00	0,0	
Contratual	965.579,82	965.579,8	
Internas	965.579,82	965.579,8	
Empréstimos	0,00	0,0	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,0	
Derivadas de PPP	0,00	0,0	
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,0	
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	203.995,93	203.995,9	
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,0	
Demais Antecipações de Receita	203.995,93	203.995,9	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,0	
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	761.583,89	761.583,8	
Externa	0,00	0,0	
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	37.319,77	37.319,7	
Parcelamentos de Dívidas	37.319,77	37.319,7	
De Tributos	0,00	0,0	
De Contribuições Sociais	37.319,77	37.319,7	
Previdenciárias	37.319,77	37.319,7	
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,0	
Do FGTS	0,00	0,0	
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,0	
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,0	
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0.0	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	51.691.961,19	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00
Do Período de Referência	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (III)=(Ia+II)	965.579,82	1,87
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDEREAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.270.713,79	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	7.443.642,41	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.618.437,28	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO IV = (IV + IIa)	1.002.899,59	1,94

		<u> </u>
LAIRTO LUIZ PIOVESANA FILHO	JOÃO PAULO BENEDITO	JOSÉ MÁRCIO DE OLIVEIRA
120.457.258-55	037.417.868-29	264.467.438-74
Drafaita	Contador 149 015	Controla Interna Parteria nº 174 05/01/2017